



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – BHU**

THALYSSE SOUZA DA SILVA

**A PRESENÇA E O PAPEL DA MULHER KANINDÉ DE ARATUBA NA
SOCIEDADE INDIGENA**

REDENÇÃO-CE

2016

THALYSSE SOUZA DA SILVA

A PRESENÇA E O PAPEL DA MULHER KANINDÉ DE ARATUBA NA SOCIEDADE
INDIGENA

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco

REDENÇÃO-CE

2016

THALYSSE SOUZA DA SILVA

A PRESENÇA E O PAPEL DA MULHER KANINDÉ DE ARATUBA NA SOCIEDADE
INDIGENA

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em: 23 dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.

prof.

"Procure conhecer-se, por si próprio. Não permita que outros façam seu caminho por você. É sua estrada, e somente sua. Outros podem andar ao seu lado, mas ninguém pode andar por você. "

(Art. 3º do Código de Ética do Índio Norte-Americano)

RESUMO

Sabemos que as mulheres nem sempre tiveram a liberdade de expressão e de atuação na sociedade, e no que se trata de comunidades indígenas, a mulher ocupa espaço considerável nas comunidades, e em algumas comunidades, elas até eram centrais na Organização Social. Os homens indígenas tinham o papel de decisão nos assuntos de suas comunidades, enquanto as mulheres ficavam com o papel de domésticas. Atualmente, nas diferentes formas de organização de povos indígenas no Brasil, mais de 20 são representadas por mulheres. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo abordar questões sobre a presença, a importância e o papel da mulher indígena Kanindé de Aratuba, nas questões da Comunidade em que está e na sociedade como um todo. Conhecer como surgiram os movimentos femininos indígenas na Comunidade Kanindé de Aratuba, suas dificuldades, e projetos desenvolvidos na luta por seus direitos dentro da própria comunidade, como também fora dela.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, Movimentos femininos, Conquista de direitos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	JUSTIFICATIVA	09
3	OBJETIVOS	10
3.1	OBJETIVO GERAL	10
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
5	METODOLOGIA.....	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1 INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar sobre as questões indígenas surgiu quando passei a morar na cidade de Aratuba e tomei conhecimento da Comunidade Indígena “Kanindés de Aratuba”, e a partir de então eu queria conhecer mais sobre os povos indígenas, já que mesmo fazendo parte da nossa realidade social, nunca teria estudado a fundo sobre os povos indígenas, e o pouco que era repassado nas escolas era como uma coisa distante, povos passados. Foi então que busquei conhecer um pouco mais sobre a comunidade, o modo como viviam, e ver um pouco da realidade dos povos indígenas em geral. E ao ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), vi que podia me aproximar um pouco mais dessas questões, onde tive a oportunidade de estudar algumas disciplinas sobre os povos indígenas, e também de conhecer outras comunidades em visitas de aulas de campo, como também participar de palestras feitas por indígenas dessas comunidades.

Os povos Kanindés são associados aos povos Janduís e Paiacus, descendentes dos Tarairus. O nome Kanindés foi dado por conta do seu chefe histórico, Canindé, o mais importante dos povos Janduís. Foi ele que forçou o rei de Portugal a assinar o Tratado de Paz em 1692. Assim, seus descendentes ficaram conhecidos como Kanindés em referência ao líder e à ancestralidade.

Segundo a tradição oral dos Kanindés, sua origem vem da área do atual município de Mombaça, passando pelas margens do rio Curu, entre os rios de Quixeramobim e Banabuiú, por Quixadá, junto com seus parentes, os Jenipapos-Kanindés, até chegarem as suas terras atuais, onde conseguiram manter laços de parentescos entre as duas comunidades indígenas que compõem o grupo entre Sertão Central (Canindé) e Maciço de Baturité (Aratuba).

A Comunidade dos Fernandes é uma das comunidades indígenas ainda encontradas atualmente no Estado do Ceará. Ela está localizada na cidade de Aratuba, município serrano do maciço de Baturité, e fica aproximadamente a 120 km da cidade de Fortaleza, por rodovias estaduais e uma federal, passando pelos municípios de Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Redenção, Antônio Diogo, Aracoiaba, Baturité e Mulungu. A cidade recebeu este nome por estar cercada por povos indígenas, e o próprio nome Aratuba foi dado pelos indígenas, que em tupi significa “Abundância de pássaros”.

A zona urbana de Aratuba possui poucas ruas, concentrando-se apenas em torno da igreja matriz. Envolvendo esses pequenos grupos urbanos estão os sítios e distritos rurais, onde se concentra a maior parte da população. Uma dessas povoações é o Sítio Fernandes. Os

indígenas que ali estão presentes são os Kanindés, um dos quatorze grupos indígenas que ainda estão organizados no Ceará. E é aqui onde se concentra a maior parte dos Kanindés.

Segundo os próprios moradores, a primeira família na formação dos Kanindés ali, foram os “Franciscos”, que são identificados como moradores daquela serra, desde 1874. Mas existem vários outros núcleos familiares que tiveram grande importância para a existência dessa Comunidade. Porém, a comunidade só foi identificada como indígena, no ano de 1995, e ficou conhecida como kanindés de Aratuba. Essa identificação se deu por conta da criação de um Museu e Escola Diferenciada.

Os povos Kanindés também estão agrupados na Aldeia da Balança, uma comunidade próxima, e na comunidade de Gameleira, que está à quinze quilômetros de sede de município vizinho, Canindé. Mas a concentração maior está na comunidade dos Fernandes, e essa é a mais conhecida. Portanto, segundo os moradores dessa comunidade, os Kanindés atualmente são 1200 índios, 182 famílias, e estão divididos nas três aldeias.

A forma de renda da comunidade está dividida na agricultura de subsistência e nos vínculos empregatícios da Prefeitura. Segundo os moradores, eles enfrentam uma grande luta pela demarcação de suas terras, que está em andamento, mas que eles não obtêm respostas sobre isso.

O estudo delimitado focado na questão da mulher foi um estímulo do orientador, Professor Dr. Roberto Kennedy, onde me incentivou a trabalhar a questão do gênero, já que a mulher indígena é ainda menos conhecida e estudada no que diz respeito a sua participação nas Comunidades Indígenas, e assim encontrar subsídios para que pudesse desenvolver um trabalho que focasse na “Participação e o Papel da Mulher na Sociedade Indígena”, com o objetivo de conhecer e compreender a importância da mulher na busca por seus direitos dentro e fora da comunidade.

A primeira parte deste projeto vai abordar a participação da mulher indígena de maneira geral, conhecendo um pouco de como se dá essas Organizações Femininas Indígenas nas diferentes regiões brasileiras. E, num segundo momento trazer questões de um trabalho feito em campo com mulheres da Comunidade dos Povos Kanindés de Aratuba.

2 JUSTIFICATIVA

A realização desse trabalho sobre a mulher indígena é de bastante importância para o debate da construção de identidade e integração com os povos indígenas que ainda é pouco conhecido e trabalhado atualmente. E a partir desse conhecimento, poderemos abrir novos olhares e acrescentá-los no discurso social e político da universidade. E o foco do debate com as mulheres indígenas Kanindés de Aratuba ajuda a conhecer e compreender a sociedade que está a nossa volta, mas que pouco é conhecida e repassada.

Mesmo sendo pouco trabalhado, e com poucos estudos sobre a questão da mulher indígena, pode-se notar a riqueza de assuntos e debates que poderiam ser trazidos para o nosso meio social e introduzido nos nossos discursos, por apresentar um cenário rico de cultura e organização social de acordo com cada comunidade indígena, e conhecer como se dá a participação dessas mulheres no contexto social, cultural e político dessas comunidades.

De acordo com Ângela Sacchi (2003) no seu trabalho “*Mulheres e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas*”, nas diferentes formas de organização de povos indígenas nas diferentes regiões brasileiras, mais de 20 são representadas por mulheres. A maior parte dessas organizações femininas surgiu a partir de 1990, e concentram-se em grande parte na Amazônia. Essas organizações passam a ter papel de grande importância no Movimento indígena. Era importante a presença da mulher para que pudesse representar as indígenas, para lutar, fazer atividades, acompanhar documentos, reaver seus direitos.

Mesmo sendo pouco vistas por nós, as mulheres indígenas têm cada vez mais participado de Conferências, Congressos, Oficinas, Encontros feitos pelas Organizações indígenas. Movimentos esses que unem ainda mais mulheres indígenas de diferentes etnias para novos espaços de discussão, trazendo força para suas organizações.

Esse trabalho tem como justificativa principal tornar visível, compreender e a partir daí, tornar possível o debate em conjunto sobre essas mulheres, suas organizações e suas lutas e objetivos. Que não seja uma luta fechada entre elas nas suas comunidades, mas que suas lutas possam ser reconhecidas e alcancem seu espaço na sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar, relatar e compreender as questões e organizações das mulheres indígenas Kanindé, sua participação nas suas comunidades, suas lutas dentro dos movimentos indígenas, e também sua participação nas políticas públicas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Relatar a participação das mulheres indígenas na Sociedade.
- ✓ Analisar e compreender a relação das Mulheres indígenas, Direitos e Políticas públicas.
- ✓ Analisar a relação e participação das mulheres indígenas Kanindé na Sociedade e na Comunidade indígena.
- ✓ Observar, compreender e relatar a participação das mulheres indígenas na luta por seus direitos e participação nas políticas públicas.
- ✓ Analisar a história e memória coletiva das mulheres kanindés sobre sua participação social na Comunidade Indígena.
- ✓ Trazer a vivacidade da história oral e da memória para as comunidades indígenas sendo relatadas pelas mulheres indígenas kanindés de Aratuba.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 2002 foram criados os Departamentos de Mulheres Indígenas COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), organizações significativas no Movimento Indígena. Com representatividade em nove Estados, da Amazônia, o COIAB foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, o evento que aconteceu em Manaus contou com a participação de 70 lideranças, com o objetivo de impulsionar a participação feminina indígena em diferentes situações e assim garantir os seus direitos e ao mesmo tempo promover o avanço do Movimento Indígena.

Também em maio de 2015, foi realizado em Brasília o “Encontro Internacional de Mulheres Indígenas e Direitos Econômicos”, que foi organizado pelo ECMIA (Enlace Continental de Mulheres Indígenas da América), que busca fortalecer um processo de participação dos direitos das mulheres indígenas, desde o âmbito internacional ou do Estado, para que se desenvolvam projetos que fortaleçam a juventude e as mulheres indígenas.

Existem diferentes níveis da participação delas nas diferentes características das Organizações, pela sua vivência na cidade, trajetória de vida, situação de gênero (solteira, casada, com ou sem filhos...), interesse em participar, distância da Sede da Organização da comunidade, entre outros. Essas mulheres são as que têm uma experiência fora de sua comunidade de origem, que apresentem uma compreensão da Sociedade como um todo, para que tenha conhecimentos que possam ser usados nos Movimentos em busca por seus direitos. Cada Organização apresenta suas características próprias.

As mulheres indígenas têm participado, cada vez mais, dos encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidos pelas organizações indígenas, instâncias estatais e não governamentais. Estes novos espaços de discussão articulam mulheres de diferentes etnias – as coordenadoras de organizações ou departamentos de mulheres indígenas, e é expressivo o número de professoras e mulheres que atuam na área da saúde – o que propicia o fortalecimento de suas organizações e a troca de experiências, assim como ocorre uma gradativa capacitação para o exercício na esfera pública. Nestes eventos são discutidos os principais problemas que afetam as lideranças indígenas em suas comunidades, no campo político indígena e na relação com diversos segmentos da sociedade civil. (SACCHI. 2003, p. 6).

São mulheres que lutam por diversas causas, combate ao estupro, violência, busca por maior participação feminina nas questões políticas, busca por capacitação de suas atividades para que possam exercê-las e construir projetos. Luta essa que caracteriza um desafio, principalmente por sem mulheres. Para fortalecer suas Organizações, enfrentam diversos

fatores sociais, como outras Organizações indígenas, organizações estaduais, ONG's, e a partir daí surgem as alianças e parcerias nas lutas, trazendo projetos mais sensíveis voltados às comunidades indígenas.

A participação das mulheres nas questões indígenas, políticas, suas buscas, conhecimentos e projetos têm grande avanço nas questões e Organizações indígenas em geral. A mulher como objeto da história passa a ser definida como História das mulheres e não da mulher, por suas diferenças sociais, étnicas, trajetórias de vida, crenças serem marcadas por suas diferenças, acarretando também em problemas por conta dessas diferenças.

A abordagem da ciência social ao gênero pluralizou a categoria das 'mulheres' e produziu um conjunto brilhante de histórias e de identidades coletivas; mas também esbarrou em um conjunto aparentemente intratável de problemas que se seguiram ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres. (BURKE, 1992, p.89).

A partir da década de 60, correntes marxistas passam a usar as mulheres como parte dos seus objetos de estudo. É a partir da década de 60 também que ocorre o Movimento feminista, o que impulsiona ainda mais o surgimento da história das mulheres. Crescem o número de estudos sobre o assunto, e a história das mulheres vai sendo cada vez mais reconhecida, embora ainda de maneira frágil.

Para os historiadores sociais, as mulheres eram tidas como uma categoria homogênea, onde se tratavam de pessoas biologicamente femininas, que se articulavam em papéis e contextos diferentes, mas a essência de mulher não mudava. Não se têm mais a ideia de uma única identidade entre as mulheres, mas passa-se a acreditar que existem identidades diversas.

Até a década de 70 se discutia acerca da passividade feminina diante das opressões ou suas reações diante de uma sociedade patriarcal. Surge a importância de perspectivas que superem a divisão entre a vitimização e os sucessos femininos, e passem a serem compreendidas em sua totalidade.

Com o desenvolvimento dos estudos sobre a história das mulheres, surgem pesquisas sobre diversos temas, não mais apenas no trabalho, educação, política e direitos civis, mas no âmbito da família, sentimentos, sexualidade, corpo, e etc.

O desenvolvimento da história das mulheres, articulado às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise,

como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros. (SOIHET. *In*: CARDOSO; VAINFAS 1997).

No que se referem à luta das mulheres, as pesquisas apontam duas vertentes. Uma que se preocupa com os movimentos organizados, visando conquistas dos direitos da cidadania, e outra com movimentos informais que se dão em diferentes formas da atuação femininas. Na primeira, trata-se de mulheres com histórias notáveis, que se destacam no campo da cultura, política e religião, mulheres que não tem necessidade de atributos para se destacar socialmente. Na segunda se destacam questionamentos das manifestações feitas após a invasão da história social e história cultural, quando alguns historiadores se voltam para o cotidiano e para manifestações que até então não eram levadas em consideração.

Outro assunto que passa a ser abordado é a questão do trabalho das mulheres com os efeitos da modernização e industrialização. Durante o período Vitoriano sustentava-se a ideia de que as mulheres não trabalhavam, ou que os serviços pesados eram exclusivos dos homens. Tarefas domésticas e cuidados com a família eram invisíveis como questão de trabalho. Por volta de 1900, as mulheres que passavam a trabalhar eram em sua maioria inseridas nos setores de serviço e escritório.

Tais crenças de que as mulheres não trabalhavam, ou de que o trabalho pesado não era próprio do sexo feminino, foram próprias do período vitoriano, momento de supervalorização da esfera pública. Pautavam-se tais estereótipos na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, que apareciam como algo instintivo e emanado do amor. (SOIHET. *In*: CARDOSO; VAINFAS 1997).

As primeiras discussões sobre o trabalho feminino no Brasil se deu através da Sociologia e da Antropologia. Hoje, a historiografia brasileira tem se dedicado a abordar o assunto. As mulheres passaram a desempenhar papel fundamental na economia familiar pré-industrial, passando a ter influência nas questões familiares. Em contraposição, mesmo com a industrialização, a maioria das mulheres permanecia nas suas costumeiras tarefas domésticas, preferindo permanecer em suas casas.

O modelo de família patriarcal teria permanecido no Brasil até o século XIX, onde são reconhecidos os privilégios do marido na família. Porém não era raro encontrar mulheres que em sinal de rebeldia, assumissem o comando do lar, das propriedades e negócios da família. Após a década de 70, a composição do modelo de família patriarcal não chegava a representar nem 26% das residências, passando a predominarem outras formas de composição familiar.

O discurso sobre a história das mulheres passa a ser um assunto abordado em diversas partes do mundo. Na década de 60, a política feminista é ponto de partida para

reivindicações femininas pela atuação das mulheres e pelo conhecimento sobre a opressão que eram submetidas. No final da década de 70, se tem a separação da história da mulher e a política, e amplia-se o campo de pesquisa e as mulheres conquistam uma energia particular em seus movimentos. A partir de então surgem trabalhos, pesquisas, artigos, monografias que relatam sobre a história das mulheres e sua participação na sociedade. É na década de 60 também que as mulheres passam a ser incentivadas a terem o Ensino Superior, PHDs, e passam a serem ajudadas financeiramente com bolsas de estudo, e com isso passam a representar força nas faculdades e Universidades.

[...] ‘E claro’, comentou um autor, “que as mulheres constituem uma importante força latente para as faculdades e as universidades carentes de bons professores e pesquisadores.” Embora autores tão diversos quanto diretores de faculdades e acadêmicos feministas reconhecessem que tinha havido ‘preconceitos contra as mulheres nas profissões intelectualizadas’, eles tendiam a concordar que os obstáculos cairiam por terra, se as mulheres buscassem uma formação de nível superior. É interessante (à luz das discussões teóricas subsequentes) que a atuação das mulheres foi aqui presumida; como opção espontânea, atores racionais, as mulheres eram chamadas para se inserirem em profissões que previamente as havia excluído ou subutilizado. (SCOTT. *In*: BURK. 1992, p.68, 69).

O feminismo hoje é um movimento internacional, mas com suas características, regionais, culturais próprias. Esse movimento reivindica os direitos e recursos para se contrapor a desigualdade e preconceito que as mulheres enfrentam.

Quando avançam as questões da história das mulheres, se tem a colaboração das campanhas feministas para melhorar as condições profissionais femininas e ao mesmo tempo expandir os limites dessa história. Isso vai implicar também no potencial de suas forças políticas. Esse estudo busca incluir as mulheres como sujeitos de uma história, transforma-las em objeto de estudo, tomar conhecimento e expor sua trajetória, ações e experiências de seu passado. Também se questiona o porquê da prioridade da história do homem em relação à história da mulher.

A história das mulheres levou mais tempo mostrando sua distinção cultural, provando sua capacidade de exercer as atividades, do que documentando papéis em que se fizessem de vítimas frágeis. Os documentados da realidade histórica feminina se expandiram e contribuíram no discurso de identidade coletiva, tornando possível o movimento das mulheres na década de 70, e fez com que se tornasse conhecida a verdadeira identidade feminina. O objetivo era construir uma identidade própria das mulheres e introduzir essas mulheres na história social.

A categoria de mulheres passou a ter papel fundamental na história e a partir de suas particularidades se construir uma identidade coletiva, se apropriando de conhecimentos para pensar a respeito de suas diferenças.

Em 2006, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) decidiu desenvolver uma linha de ação específica voltada para a proteção e promoção dos direitos das mulheres indígenas no contexto das políticas públicas. Definiu também que focalizaria sua ação no fortalecimento do protagonismo e incidência do movimento de mulheres indígenas na definição, planejamento e gestão das políticas e programas do governo federal. Foram definidas como prioridade três áreas temáticas: discriminação e violência; desenvolvimento econômico e saúde. (VERDUM, Ricardo. 2008).

Nas décadas de 70 e 80, as questões indígenas femininas eram tratadas exclusivamente pelas próprias mulheres, que eram escolhidas ou promovidas como lideranças de movimentos femininos. “Mulheres que, por caminhos vários, acabavam se destacando e sendo acolhidas nas campanhas por direitos humanos na qualidade de vozes das comunidades e povos indígenas do País.” (VERDUM, Ricardo. 2008). Além de reivindicar os direitos gerais como saúde, educação, ambiente adequado de vida, as mulheres tinham novos projetos e novas preocupações. Enriquecem o debate pelos seus direitos e trazem novas demandas voltadas para as mulheres, onde discutem sobre os problemas enfrentados por elas seja nas suas comunidades ou fora delas. A partir do final da década de 80, as mulheres indígenas têm participado cada vez mais de debates e reuniões nacionais e internacionais. São mulheres de diferentes povos que compartilham suas experiências, projetos, ações e demandas que enriquecem cada vez mais a busca pelos seus direitos, com isso fortalecendo seus movimentos e organizações.

As duas primeiras organizações de mulheres indígenas foram constituídas na década de 1980, que foram a AMARN (Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro) e a AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié. Todas as outras só foram criadas a partir de 1990.

Apesar do grande avanço em relação ao combate à violência e discriminação no contexto branco-indígenas, o mesmo não se dá em relação à discriminação e violência dentro da própria comunidade, seja nas relações conjugais, familiares, ou entre as próprias comunidades indígenas. Isso se dá em ações como casamentos forçados, doação de filhos, violência doméstica, limitação do acesso das mulheres nas terras, predominância do patriarcalismo, entre outros fatores. São questões que precisam de um cuidado especial para serem tratadas e resolvidas da melhor forma possível, e é importante que sejam tratadas pelas próprias comunidades indígenas, em diálogo com as organizações femininas que participam desses debates. O Brasil tem muito que avançar no que diz respeito ao tratamento dessas

questões de violência e discriminação contra as mulheres indígenas, construir alternativas para que se haja métodos e soluções para resolvê-los.

Apesar dos avanços significativos, as mulheres indígenas são quase que invisíveis na sociedade. “De modo geral, o que se constata é que as mulheres são ainda quase que “invisíveis” para o indigenismo brasileiro, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos, no Brasil, no tocante às políticas sociais. ” (VERDUM, Ricardo. 2008). Só a partir de 2006 que, pela primeira vez nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988, que num PPA (Plano Plurianual), passam a incluir uma ação voltada especificamente para as mulheres indígenas, sob a responsabilidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pelo programa Identidade Étnica e Cultural dos Povos Indígenas. Também recente, em janeiro de 2007, foi criado na FUNAI um departamento específico de mulheres indígenas.

Além da FUNAI, atualmente algumas demandas e necessidades específicas das mulheres indígenas podem ser atendidas de uma forma ainda não adequada nos seguintes ministérios: Saúde (MS); Desenvolvimento Agrário (MDA); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). (VERDUM, Ricardo. 2008).

Em 2004, na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, que aconteceu em Brasília, foi aprovada com uma das propostas, a punição do responsável pela violência doméstica, abuso sexual, estupro e discriminação contra mulheres indígenas. Essa inclusão da “violência doméstica” sugere ter havido discussões sobre a violência de homens com as mulheres no contexto das próprias comunidades indígenas. Também em 2006, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas propõe que seja criado uma ouvidoria na FUNAI que atue diretamente nos problemas da mulher indígena, problemas físicos, psicossomáticos, violência, e etc.

No contexto das mulheres indígenas, a falta de informação sobre a Lei Maria da Penha apresenta-se como uma realidade ou, quando não, as informações são repassadas de forma distorcida. Por exemplo, tem amedrontado bastante as mulheres indígenas a informação de que, caso façam a denúncia de que foram vítimas de violência, serão tiradas das suas casas, das suas terras, dos seus territórios de convívio e levadas para as tais casas de abrigo, fora do seu lar. (PEREIRA; SILVA. *In*: VERDUM. 2008).

E essas informações distorcidas, ou a falta de informações são problemas que merecem atenção.

O Brasil ainda apresenta ações de principiante no que diz as questões voltadas para as mulheres indígenas. Mesmo com alguns avanços visando a mulher indígena como um de seus alvos, ainda não se têm programas oficiais com especificidade para essa área.

O Estado brasileiro tem demonstrado ações ainda muito incipientes voltadas para a mulher indígena. São ações pulverizadas entre os ministérios, e muitas vezes, embora tenham como um de seus alvos as mulheres indígenas, não há nenhuma rubrica ou programa oficial específico para esse público. (PEREIRA; SILVA *In*: VERDUM. 2008).

As mulheres indígenas hoje admitem que sofrem com a violência doméstica, mas fazem diversos questionamentos sobre a aplicabilidade da Lei Maria da penha dentro das comunidades. Com a prisão de maridos, filhos, quem vai fazer as tarefas masculinas da comunidade? Por isso a necessidade de informações mais precisas sobre a lei dentro dessas comunidades, para se decidir se a aplicação da Lei é a melhor opção, ou suas próprias leis criadas na comunidade. Cabe ao Estado Brasileiro criar ações para que os mantenham informados sobre os reais métodos dessa Lei.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa a ser realizada com estudos de artigos e trabalhos já feitos sobre a questão da participação das mulheres indígenas na sociedade e comunidades indígenas, e também com a história oral. As entrevistadas serão mulheres que atuam ativamente nas organizações de mulheres da Comunidade indígena dos Kanindés de Aratuba, como também a participação das mulheres da comunidade em geral, com a necessidade de se criar pontes de confiabilidade entre entrevistador e entrevistado, para um diálogo mais preciso e claro, e assim tornar este trabalho mais acessível e entendido.

O estudo teórico busca desenvolver questões e buscar informações que compreendam o trabalho de mulheres indígenas na vida política e social, como também a atuação delas como líderes de alguma atividade ou Organização dentro da comunidade. Esse estudo visa estudar e conhecer as mulheres indígenas de forma geral, tanto no passado como na atualidade e assim observar essas características na realidade da Comunidade Kanindé de Aratuba.

Trata-se de buscar informações documentadas para que se tenha conhecimentos sobre o campo a ser estudado, colher informações e as problemáticas sobre ele, para que se busque também modos de solucioná-los.

Em segunda instância, com o estudo oral realizado em pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas com mulheres indígenas Kanindés para identificar a partir desses discursos o lugar da mulher nessa comunidade, o processo para obter seu lugar nessas organizações e a relação dela com todo o meio social em que está inserida. Trata-se de observar e ouvir suas atitudes, seus pontos de vistas a respeito de sua própria participação na Sociedade e na Comunidade em que ela está inserida, assim como reconhecer erros ou falhas, e descobrir seus desejos e objetivos para com a situação.

Ao analisar e focar na memória coletiva se observa diferentes relatos que se organizam na nossa mente e de modo geral nos levam até a coletividade em que estamos inseridos. Com isso, a memória tem grande importância ao trazer de volta costumes, tradições, regras de vivência, assim como aspectos culturais, seja na dança, na música ou nas tradições culinárias. Assim, a memória coletiva hierárquica de um grupo social ou comunidade, é de suma importância para se retratar o que é comum ao grupo, e o que o faz se diferenciar de outros grupos ou comunidades.

História e Memória são aspectos que fazem parte e são valorizados no que se trata dos povos indígenas. É a partir daí que são trazidos vários aspectos de sua cultura, e até uma

reescrita da sua história. O fato de se acreditar na vivacidade de lembranças memoriais seja individual ou coletiva durante anos ou até décadas é algo presente na Comunidade Indígena, o reconhecimento da palavra e não só da escrita.

Estudar estas memórias que foram fortemente formadas por anos, é relatar vivências que foram sendo repassadas e aceitas em gerações, e assim retratar e tornar em história viva também para quem não faz parte daquele meio social, é defender a história de um povo pouco reconhecido socialmente.

É buscar um diálogo amigável e de confiança para que se obtenha os melhores resultados na pesquisa. E assim trazer a valorização dessa vivacidade da história oral trazida pelas mulheres indígenas kanindés.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Alexandre Oliveira. *Aquilo é uma coisa de índio: Objetos, memória e etnicidade entre os Kanindés do Ceará*. Recife: O autor, 2012.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRIORE, Mary Del (Org). *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SACCHI, Ângela. *Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas*. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 7, vol. 14 (1 e 2), 2003.

RICARDO, Verdum (Org). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008.

PEREIRA, Valéria Paye; SILVA, Suzy Evelyn de Souza. *A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas*. In: RICARDO, Verdum (Org). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

WEB SITE <http://escolakaninde-indio.blogspot.com.br/p/pprojeto-tempo-escola-tempo-comunidade.html>